

Sumário

Nota Introdutória (à 1ª edição)	19
---------------------------------------	----

§ 1ª – Da Ação de Exibição Integral de Livros	21
---	----

Capítulo IX – Livros Sociais (artigos 100 a 105)

1. Art. 105.	21
1.1. Ação de exibição integral de livros: regime	21
1.2. Objeto	23
1.3. Procedimento	26
1.4. Legitimação ativa	28
1.5. Legitimação passiva	31
1.6. Interesse de agir	31
1.7. Pedido	33
1.8. Competência	34
1.9. Valor da causa	34
1.10. Resposta da companhia	35
1.11. Sentença	35
1.12. Sucumbência	36
1.13. Recurso	37
1.14. Exibição integral de livros em arbitragem	37

§ 2ª – Da Ação de Desempate	39
-----------------------------------	----

2. Art. 129.	39
2.1. Processo deliberativo, votação e maioria	39
2.2. Empate: sentido e consequências	42
2.2.1. Segue: empate na Lei nº 6.404/1976	43
2.2.2. Primeira válvula de escape extrajudicial: critérios estatutários de desempate	44
2.2.3. Segunda válvula de escape extrajudicial: intervalo interassem-blear.....	45
2.3. A ação de desempate	46
2.3.1. Procedimento de jurisdição voluntária	46
2.3.2. Valor da causa	49
2.3.3. Petição inicial	49
2.3.4. Caráter dúplice da ação de desempate	50
2.3.5. Legitimação ativa	52

2.3.6.	Legitimação passiva e litisconsórcio	54
2.3.7.	Interesse de agir	56
2.3.8.	Participação do Ministério Público	56
2.3.9.	Competência	57
2.3.10.	Defesa e o seu conteúdo	58
2.3.11.	Tutela de urgência	59
2.3.12.	Sentença	60
2.4.	Ação de desempate e deliberações de outros órgãos societários colegiais .	62
2.5.	Outras aplicações da regra de desempate	63
2.6.	Empate no Código Civil e a aplicabilidade da regra acionária às sociedades limitadas	64

§ 3º – Das Ações de Responsabilidade Civil Contra Administradores e Titulares de Órgão

3.	Art. 158.	67
3.1.	Responsabilidade dos administradores	68
3.1.1.	Responsabilidade civil perante a companhia	68
3.1.2.	Responsabilidade civil perante os acionistas	72
3.1.3.	Responsabilidade civil perante terceiros	73
3.2.	Pressupostos da responsabilidade civil dos administradores	76
3.2.1.	Comportamento antijurídico e culpável	76
3.2.1.1.	Ausência de responsabilidade por atos regulares de gestão	76
3.2.1.2.	Responsabilidade do administrador que, dentro das atribuições ou poderes, proceder com culpa ou dolo	78
3.2.1.3.	Responsabilidade do administrador que violar lei ou estatuto social	80
3.2.2.	Nexo de causalidade	84
3.2.3.	Dano	86
3.3.	Responsabilidade individual e solidária	89
3.3.1.	Responsabilidade solidária pelo descumprimento de deveres legais destinados a assegurar o regular funcionamento da companhia	90
3.3.2.	Responsabilidade solidária nos órgãos de administração colegiada	92
3.3.3.	Responsabilidade do administrador dissidente em órgãos de administração colegiada	93
3.3.4.	Responsabilidade solidária de terceiros	94
3.4.	A exoneração resultante da aprovação das demonstrações financeiras e das contas; <i>quitus</i>	94
3.4.1.	Requisitos do <i>quitus</i>	102
3.4.2.	Efeitos do <i>quitus</i>	105
3.4.3.	Responsabilidades associadas à concessão do <i>quitus</i>	111
3.4.4.	Retificação da deliberação assemblear	112
3.4.5.	A decadência do direito formador judicial e os reflexos na ação social	114

4.	Art. 159.	116
4.1.	As ações de responsabilidade civil contra administradores	117
4.1.1.	Ação social e ação individual: distinção	117
4.1.2.	Ação social e ação individual: diferenças de regime	119
4.2.	As ações sociais de responsabilidade civil	119
4.2.1.	Ação social <i>ut universi</i> (companhia)	121
4.2.2.	Ação social <i>ut singuli</i> (ação social dos sócios)	121
4.2.2.1.	Objeto da ação	122
4.2.2.2.	Defesas e exceções oponíveis	123
4.2.3.	Ação social substitutiva (substituição processual derivada)	123
4.2.3.1.	Inexigência de participação acionária qualificada	123
4.2.3.2.	Presunção de que o acionista atua em prol da companhia	124
4.2.3.3.	Prazo de precedência: contagem e efeitos de seu decurso	124
4.2.4.	Ação social derivada (substituição processual originária)	126
4.2.4.1.	A minoria não atua como órgão secundário	126
4.2.4.2.	Piso de legitimação	127
4.2.4.3.	Inexistência de impedimento do administrador <i>ope actionis</i>	128
4.2.5.	A prévia deliberação assemblear e as ações sociais	131
4.2.5.1.	Deliberação negativa: efeitos	133
4.2.5.2.	Deliberação positiva: efeitos	134
4.2.5.3.	Adiamento: recusa à deliberação ou deliberação declinatória	141
4.2.5.4.	Deliberação assemblear: aspectos societários	142
4.2.5.5.	Hipóteses de dispensa da prévia deliberação assemblear para a propositura de ação social	144
4.3.	Procedimento	145
4.3.1.	Competência	145
4.3.2.	Cláusula compromissória estatutária	149
4.3.3.	Interesse de agir	149
4.3.4.	Legitimidade ativa ordinária: companhia	154
4.3.4.1.	Legitimação ativa extraordinária: acionistas	154
4.3.4.2.	Ações de qualquer espécie	157
4.3.4.3.	Legitimação ativa extraordinária: credores e terceiros	160
4.3.4.4.	Legitimação ativa extraordinária: administrador judicial e liquidante administrativo	161
4.3.5.	Legitimidade passiva: administrador	162
4.3.5.1.	Legitimidade passiva: outros titulares de órgão	162
4.3.5.2.	Legitimidade passiva: liquidante	163
4.3.5.3.	Legitimidade passiva concorrente: terceiro	163
4.3.6.	Petição inicial e causa de pedir: cautelas e importância	163
4.3.7.	Pedido e cumulação de pedidos	164
4.3.7.1.	Cumulações simples	165
4.3.8.	Valor da causa	165
4.3.9.	Litisconsórcio e intervenção de terceiros	168

4.3.9.1.	Assistência na ação social	168
4.3.9.2.	Litisconsórcio ativo	170
4.3.9.3.	Litisconsórcio passivo	171
4.3.10.	Sentença, coisa julgada e efeitos na substituição processual	171
4.3.11.	Exclusão judicial de responsabilidade e ônus da sucumbência ...	173
4.3.12.	Desistência	174
4.3.12.1.	Poderes para desistir e responsabilidades	175
4.3.12.2.	Desistência, litisconsórcio e intervenção de terceiros .	175
4.3.13.	Medidas cautelares em espécie	176
4.3.14.	Sucumbência do substituto	177
4.3.14.1.	Procedência do pedido	178
4.4.	Ação individual de responsabilidade civil contra administradores	179
4.4.1.	Espécies de ações individuais	179
4.4.1.1.	Ação individual do acionista	180
4.4.1.2.	Ação individual do terceiro	184
4.5.	As ações sociais de responsabilidade civil e as sociedades limitadas	184

Seção III – Responsabilidade dos Administradores e das Sociedades Controladoras

5.	Art. 245	189
5.1.	Ações de responsabilidade civil contra administrador de sociedades agrupadas: grupos de fato	190
5.2.	Ações de responsabilidade civil contra administrador de sociedades agrupadas: grupos de direito	191

Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária)

6.	Art. 82	193
6.1.	Ação social falimentar	194
6.1.1.	Competência	197
6.1.2.	Poder geral de cautela	197
6.1.3.	Procedimento	197
6.1.4.	Legitimação ativa	197
6.1.5.	Legitimação passiva	198
6.1.6.	Prazo prescricional	198
6.2.	Ação individual falimentar?	199
6.3.	Vedação da extensão da falência e seus efeitos e desconsideração da personalidade jurídica	199

§ 4º – Das Ações de Responsabilidade Civil contra Acionista Controlador e Sociedade Controladora	201
---	------------

Seção IV – Acionista Controlador

7.	Art. 116.....	201
----	---------------	-----

7.1.	Poder de controle e natureza	202
7.2.	Acionista controlador: definição	203
7.2.1.	Acionista controlador: permanência	205
7.2.2.	Acionista controlador: poder de eleger a maioria dos administradores da companhia	207
7.2.3.	Acionista controlador: exercício efetivo do poder de controle	208
7.3.	Espécies de controle interno	210
7.3.1.	Controle compartilhado	213
7.4.	Sociedade sem controle definido	216
7.5.	Regra de caráter institucional	216
8.	Art. 116-A.	218
8.1.	Dever de informação por parte do controlador	218
9.	Art. 117.	219
9.1.	Abuso de poder de controle: definição	220
9.1.1.	Abuso de poder de controle por omissão	223
9.1.2.	Abuso de poder de controle e sua comprovação	223
9.2.	O sistema das ações de responsabilidade civil por abuso de poder de controle na lei acionária	226
9.2.1.	Ações social e individual de responsabilidade contra controlador	227
9.2.2.	Ações social e individual: diferenças de regime	228
9.2.3.	Função e teleologia	229
9.3.	Ação social de responsabilidade civil contra acionista controlador	230
9.4.	Ação individual de responsabilidade civil contra controlador	234

Capítulo XX – Sociedades Coligadas, Controladoras e Controladas

Seção I – Informações no Relatório da Administração

10.	Art. 243.	237
10.1.	Grupo de sociedades	237
10.2.	Sociedade controladora: definição	241

Seção III – Responsabilidade dos Administradores e das Sociedades Controladoras

11.	Art. 246.	246
11.1.	Ação social de responsabilidade civil contra sociedade controladora	247
11.2.	Legitimação ativa	247
11.2.1.	Redução do percentual pela CVM	250
11.2.2.	Legitimação ativa: só da minoria?	250
11.2.3.	Legitimação e controle totalitário conjunto	250
11.2.4.	Prévia deliberação assemblear?	253
11.2.5.	Alcance da regra de legitimação extraordinária	259
11.3.	Legitimação passiva	259
11.4.	Pedido	260
11.5.	Procedimento	260
11.6.	Competência	260
11.6.1.	Juízo competente: estatal ou arbitral	261

11.7.	Valor da causa	264
11.8.	Sentença	268
11.9.	Mecanismos de incentivo: legitimação extraordinária, prêmio e honorários majorados	271
11.9.1.	Prêmio	273
11.9.1.1.	Prêmio: base de cálculo e percentual	273
11.9.2.	Honorários de advogado	275
11.9.2.1.	Honorários de advogado em caso de improcedência do pedido	277
11.9.3.	Os critérios de divisão do prêmio e dos honorários no litisconsórcio ativo	279
11.9.3.1.	Os critérios de divisão do prêmio e dos honorários no litisconsórcio ativo ulterior	281
11.9.4.	Prêmio e honorários em processo arbitral	282
11.10.	Caução às custas	283
11.10.1.	Caução e a sua fixação	284

Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016
(Estatuto Jurídico das Empresas Estatais)

Capítulo I – Disposições Preliminares

12.	Arts. 4º e 14	287
12.1.	Estado como acionista controlador: sociedade de economia mista	288
12.2.	Abuso de poder de controle na sociedade de economia mista	291
12.3.	Diferenças no regime da ação de responsabilidade contra acionista controlador	292
12.3.1.	Prazo prescricional	293
12.3.2.	Legitimação ativa	293
12.3.3.	Legitimação passiva	296
12.3.4.	Competência	296
12.3.5.	Prova	298

§ 5º – Das Ações de Invalidação de Deliberações e demais Atos Societários 299

13.	Cap. XXIV da Lei das S/A.	299
13.1.	O sistema especial de invalidades em direito societário	299
13.2.	Vícios da assembleia, da deliberação e do voto: necessária distinção	300
13.2.1.	Vícios da assembleia	301
13.2.2.	Vícios da deliberação	303
13.2.3.	Vícios do voto	304
13.2.3.1.	Vícios dos votos e vícios da deliberação: o teste de resistência	306
13.3.	Ampla sanação dos vícios societários	307
13.4.	Renovação e repetição de deliberações	308
13.5.	Invalidade das deliberações conexas	310
13.5.1.	Deliberações conexas: nulidade e ineficácia	311

13.5.2.	Deliberações conexas: anulabilidade	312
13.5.2.1.	A anulação da deliberação e sua influência no procedimento de formação das deliberações posteriores	314
13.5.2.2.	A anulação da deliberação e sua influência no conteúdo das deliberações posteriores	316
13.5.2.3.	A anulação da deliberação e sua influência no conteúdo das deliberações posteriores por força de conexão voluntária	317
13.6.	Prazo para anulação de atos societários	319
13.6.1.	Prazo em sociedades limitadas	320
13.7.	Sugestões de aprimoramento da lei societária	326
14.	Art. 285.	328
14.1.	Os vícios de constituição da sociedade anônima	328
14.2.	Ação de invalidação de constituição de companhia	330
14.2.1.	Legitimação ativa	332
14.2.2.	Legitimação passiva	333
14.2.3.	Pedido e outras regras procedimentais	333
14.2.4.	Competência	334
14.2.5.	Valor da causa	334
14.2.6.	Tutelas provisórias	334
14.2.7.	Sentença e liquidação	335
15.	Art. 286.	336
15.1.	Ações de invalidação de deliberações assembleares: regime	336
15.1.1.	Objeto	337
15.1.2.	Legitimação ativa	338
15.1.2.1.	Ação anulatória	339
15.1.2.2.	Ação de nulidade	345
15.1.3.	Legitimação passiva	346
15.1.4.	Interesse de agir	347
15.1.5.	Pedido	348
15.1.6.	Competência	348
15.1.7.	Valor da causa	349
15.1.8.	Sentença	350
15.1.9.	Coisa julgada	350
15.2.	Ação de accertamento de deliberação assemblear	351
15.2.1.	O problema da efetividade na invalidação das deliberações assembleares negativas	351
15.2.2.	O accertamento do conteúdo da deliberação assemblear por meio de medida judicial: limites	352
15.2.3.	Hipóteses de cabimento	355
15.2.4.	Pedido	356
15.2.5.	Legitimidade ativa	357
15.2.6.	Legitimidade passiva	357
15.2.7.	Interesse de agir	357
15.2.8.	Prazo para propositura	358

15.2.9. Valor da causa e competência	359
15.2.10. Defesa	359
15.2.11. Sentença e coisa julgada	361
15.2.12. Acertamento de deliberações positivas viciadas	362
<i>Adendo legislativo</i>	365
A. – Lei da S/A (Lei 6.404/1976)	365
B. – CC/2002 (Lei 10.406/2002)	384
C. – LArb (Lei 9.307/1996)	394
D. – Lei das Estatais (Lei 13.303/2016)	396
E. – LRE (Lei 11.101/2005)	398
<i>Bibliografia</i>	399
<i>Índice Onomástico</i>	433
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	441